LIVROS E IDÉIAS

Mozart Soriano Aderaldo

1 — AUGUSTO TAVARES BENEVIDES — O "BIÓGRAFO" DE MOMBAÇA

Os europeus que navegavam em suas primitivas naus por nossos verdes mares bravios divisaram um litoral desprovido de vegetação, rico apenas de dunas movediças, o que lhes dava a impressão de se tratar de zona árida e deserta.

Isso, que retardou a colonização lusa de mais de século, nos preservou, de modo compensatório, das invasões de outros povos, franceses e holandeses principalmente.

Foi, quiçá, por isso que somente em 1603 aqui chegou o açoriano Pero Coelho de Sousa, vindo da Paraíba, com o prestígio de seu sobrenome, tentar a colonização desta ínvia região. E lhe deu o nome de Nova Lusitânia, como Nova Lisboa foi chamada a incipiente povoação plantada ali, na margem direita do rio que batizaria depois a terra de maneira definitiva — Siriará. Mais tarde Siará Grande, para distinguir do Siará Mirim plantado nas ilhargas de Natal. E Ceará, finalmente.

Controvertida é a etimologia desse topônimo.

Alencar deu-o como derivado de **semo** (cantar forte) e **ará** (pequeno papagaio), significando, assim, "canto da jandaia".

Para João Mendes Júnior, a designação de nossa terra lembra o calor aqui reinante e, em decorrência, aventa a idéia de seca periódica, pois para ele **ce** é o modo de ser ou estar e **araa** ou **ará** é expressão composta de **ará** (tempo) e **a** (enfermidade de quentura).

Citemos, por vir de quem veio, a opinião de Capistrano de Abreu, para quem **Ciará** era o nome do rio a cuja margem se construiu uma fortaleza que foi sendo chamada a **Fortaleza do Ciará**. Quanto a este último topônimo, conhecendo tão profundamente a língua túpica, disse Capistrano que resultou de **dzu** (com o **d** inicial pouco audível e o **u** soando à francesa), que quer dizer água, e **eré** (verde). Rio Verde é o que, para o grande historiador conterrâneo, significa Ceará.

Um grande tupinólogo somente poderia ser contestado por outro de igual valor. E foi o que fez Pompeu Sobrinho. De fato, **dzu** quer dizer água, mas sem que o **u** pareça **i**, enquanto o verde ou amarelo (o índio os equiparava) é **erã** e não **erá**. Pompeu Sobrinho não se limitaria, porém, a refutar Capistrano. Para o mestre, cujo centenário de nascimento comemoraremos neste ano de 1980, aceitável seria a interpretação de Teodoro Sampaio se a grafia de Ceará sempre tivesse sido a atual — **cii** (uma casta de papagaios) e **ára** (terra). Dado que o nome de nossa terra era antes grafado diferentemente, com **s**, pareceram-lhe mais justas as seguintes explicações. **Cei** (não quer) e **rá** (soltar), isto é, não quer soltar, manter preso, referindo-se os indígenas a um refém notável. Também poderia ser **cea** (saindo) e **rá** (sinal), ou baliza vista de longe. Ainda seria **cê**, contração de **acê** (gente), **aí** (bastante) e **rá** (que também significa espiga), ou lugar que dá muita espiga, ou lugar fértil. Por fim, com menos probabilidade, poderia ser **ki** ou **gui**, que deu **ci** (aqui), **a** (prefixo que forma adjetivos) e **rá** (marca, sinal), assim traduzindo-se — aqui está balizado.

Paulino Nogueira decompõe Ceará em **çoo**, **soo** ou **suu** (caça), **ára** (tempo) e **â** (partícula com que o indígena emprestava mais força à expressão). Assim, o nome de nossa terra significaria "'verdadeiro tempo de caça".

João Brígido não se excusou de opinar, e partiu da afirmação de que no Ceará não poderia haver jandaias e papagaios, visto como nossas praias eram e são varridas por ventos fortes, responsáveis pelo deslocamento das dunas litorâneas, despidas, então, de qualquer vegetação mais significativa, até mesmo de coqueiros, somente para aqui trazidos depois. Ceará viria de **ciri**, isto é, andar para traz, que é como o silvícola chamava o caranguejo; e **ará**, que quer dizer claro, alvacento. Caranguejo claro — eis a que se reduziria o altíssono nome de nossa terra!

Meu velho e saudoso mestre no Liceu do Ceará, depois meu colega no Instituto do Ceará e a quem sucedi na Academia Cearense de Letras, o Professor Martinz de Aguiar, sustentou que o étimo é **Cê-ará**, significando "fala a ará", quer se tenha em conta a atual ou a velha grafia — Ceará ou Siará, e com isso justificou a romântica interpretação de Alencar.

Antônio Bezerra, por sua vez, gizou algumas explicações, uma delas apegando-se a **çoo** ou **soo** (caça) e **ará** (pequeno papagaio). Mas essa tentativa de explicar o nome Ceará foi rejeitada, em regra, pelos tupinólogos, visto como na língua geral o primeiro termo sempre representa o possuidor, enquanto o segundo diz respeito ao objeto possuído, isto é, a primeira expressão indica a matéria de que a coisa é feita e a segunda expressão representa a própria coisa. "Papagaio de caça", destarte, não seria explicação aceitável. Embora não a adotando propriamente, Antônio Bezerra refere-se a outra explicação dada ao nome de nossa terra, da responsabilidade de Ferdinand Denis. Essa explicação não decorre da decomposição de étimo tupi. Para Ferdinand Denis, Ceará proviria de **Sahara**, o grande deserto africano, pois foi de deserto a impressão dos navegadores que passavam ao largo de nosso litoral, rico de dunas movediças e pobre de vegetação. Sahara teria dado Saará, Siará, Ceará.

Não sei, por me faltar competência para opinar a respeito, se essa última interpretação se ajusta bem às regras léxicas. Sei, porém, que é aquela que mais poderá agradar ao gosto dos sociólogos. É fato indiscutível de nossos fastos históricos que a impressão de deserto afastava de nossas plagas as incursões de franceses e outros povos europeus não oriundos de Portugal. Os próprios portugueses disso se ressentiram, retardando de mais de século nossa caminhada para a civilização, prejudicando-nos sobremaneira. Enquanto Pernambuco, Paraíba e até Rio Grande do Norte, já no Século XVI, se achavam povoados de portugueses, principalmente nos seus litorais, somente em 1603 se daria a primeira visita de uma caravana, comandada por um açoriano, à nossa terra. E assim mesmo, pelo menos no início do empreendimento, considerando-a mero trampolim para a reconquista do Maranhão. É certo que, fracassada a tentativa de ir, por terra, ao Maranhão, aqui se firmou Pero Coelho com a clara intenção de colonizar, pois trouxe mulher e filhos, e daqui somente saiu

em conseqüência da primeira seca de que se tem notícia, numa vaticinação de que nosso destino é mesmo emigrar.

A igualmente frustrada tentativa dos jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto seguiu-se a fase martiniana, de grande sucesso, interrompida porém pela necessidade da ajuda de Martim Soares Moreno na expulsão dos invasores do Maranhão. Suceder-se-iam dias de também fracassadas tentativas holandesas (um parêntese, na linguagem de José Aurélio Câmara), recomeçando o trabalho luso com a posse do forte por Álvaro de Azevedo Barreto, em decorrência do armistício assinado em Recife.

Começaria de então — 1654 — a lenta caminhada lusa em nossa terra, pois mal arranhávamos o litoral, uma colonização de caranguejo, como a chamou Capistrano. Pode-se dizer, sem medo de erro, que somente no descambar do Século XVII teve início um progressivo e ininterrupto povoamento de nosso interior. Seguiam-se os leitos dos rios, obtendo-se sesmarias às margens destes para maior segurança da gente e do gado, pois a vocação do Nordeste hoje conhecido como semi-árido sempre foi a pecuária.

Assim foi que, apenas no dealbar do Século XVIII — em 1706, mais precisamente — chegaram às ilhargas do Banabuiú, na altura da antiga povoação de Maria Pereira e atual cidade de Mombaça, os primeiros povoadores europeus. Eram portugueses que, vencida a primitiva aversão à terra que parecia árida e inaproveitável, para lá seguiram, vindos quase diretamente de seu país ou com estágio adaptativo em Pernambuco. Seus nomes? Maria Pereira da Silva, o Coronel João de Barros Braga, Serafim Dias, José Rodrigues de Carvalho, José do Vale Abreu, Antônio Pereira Façanha e o Almoxarife da Fazenda Real Cosme de Oliveira Façanha, que se seguiram a João da Silva Salgado, já estabelecido um pouco aquém. Para cada um desses, a sesmaria de três léguas de comprido por uma légua de largo a cada banda do rio Banabuiú, na condição de as povoarem, em tempo de três anos, com gado próprio.

Começa daí a história daquela gente e é a partir desse tempo que um dos filhos da terra passa a escrever aquilo que, no rigor da expressão, pode ser a **biografia de uma região**.

Desse gênero lítero-histórico já se ocuparam outros, todos louvando sua terra. Lembro-me, agora, do trabalho que

sobre Quixadá escreveu meu saudoso sucessor na Secretaria Estadual de Administração no Governo Plácido Aderaldo Castelo — o Dr. José Bonifácio de Sousa. De seu amado Iguatu cuidou o Prof. Alcântara Nogueira. E a respeito de Aracati discorreu o ex-Deputado Abelardo Costa Lima.

Temos, agora, o estudo de Augusto Tavares de Sá e Benevides sobre nossa Mombaça, terra sua e de seus pais e avós e terra minha por efeito de lei, além de terra de meu pai, meus avós paternos, bisavós, trisavós, tetravós, pentavós, hexavós, heptavós e octavós em linha reta, constante de dez gerações sucessivas e ininterruptas, a partir precisamente da sesmeira Maria Pereira da Silva, mãe de Teresa de Sousa e sogra de Pedro Barbalho, ambos ascendentes de meu avô Ernesto e de minha avó Francisca. De permeio, Raimundo Ferreira Marques Brasil, irmão unilateral de Leonardo Marques Brasil, o Barão de São Leonardo; e o Capitão Antônio Honorato da Silva Limoeiro, Juiz de Paz em sua terra, que prendeu, corajosamente, o assassino de Luciano Domingos de Araújo, que se casaria, moribundo, com Joana, filha de Inácio Lopes Barreira e futura ascendente de Rachel de Queirós, por via de segundas núpcias contraída com rapaz do clã dos Queirós, episódio aquele descrito por João Brígido, Gustavo Barroso, Esperidião de Queirós Lima e outros historiadores, geralmente sob o título de "Noivado de Sangue".

Ganhamos esta obra recente e realmente notável de Augusto Tavares de Sá e Benevides, fruto de beneditina pesquisa e seguras fontes informativas acumuladas ao longo de honesto trabalho à frente de cartório rico em documentos que muito valem à história cearense. Ei-la desdobrada em capítulos que se referem aos primitivos habitantes. À origem do atual nome da cidade. Aos aspectos da terra. Àquelas datas de sesmarias atrás referidas. Às fazendas de criação. Aos velhos troncos familiares. À contribuição que a família Benevides — vinda da Paraíba no decorrer do Século XIX — deu ao progresso do lugar. À criação da freguesia. À fundação do município, sua extinção e restauração — onde colho dados interessantes sobre ascendentes meus, integrantes da Câmara de Vereadores, a exemplo de meu bisavô Francisco Aderaldo de Aquino, ou Padrinho Chiquinho, como meu pai o chamava; meu avô Ernesto, Vereador eleito por seus pares Presidente da Câmara e, portanto, responsável pelo Executivo Municipal na forma da legislação então vigente, no ano de 1887; e o já referido Antônio Honorato da Silva Limoeiro, Vereador e Pre-

sidente da Câmara de 1865 a 1869. Refere-se o autor, também, à criação do Julgado. À criação do Termo e da Comarca. À vida partidária e aos chefes políticos — quando arrolados foram o já citado Barão de São Leonardo, e mais Bento Ferreira Marques Brasil — irmão de meu trisavô Raimundo Ferreira Marques Brasil, o Pe. Lino Aderaldo de Aquino — primo-irmão de meu pai, filho que era de um irmão de meu avô e de uma prima de minha avó, o falecido Governador Plácido Aderaldo Castelo — meu primo, amigo e compadre, o Dr. Dagmar Aderaldo Chaves, meu primo e mui justamente considerado o maior ortopedista brasileiro, o engenheiro Newton Aderaldo Castelo — irmão de Plácido, o Dr. Álvaro Aderaldo Chaves — irmão de Dagmar, o Prof. José Aderaldo Castelo, também irmão de Plácido e respeitada autoridade em assuntos de literatura brasileira... E os Benevides seus parentes e meus contraparentes, entre os quais Paulo — ex-Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa e, no impedimento de seu titular, Chefe do Poder Executivo cearense em diversas interinidades. E os Andrades, como Francisco Alves de Andrade — primoroso intelectual que gizou com mão de mestre o prefácio da obra, a respeito do qual vale a pena falar mais demoradamente, e Antônio Paes de Andrade, vocação política plenamente realizada.

A obra de Augusto Tavares de Sá e Benevides tem, ainda, fecho de ouro, com estudo de cunho sociológico, atinente a casos de fanatismo religioso e a tipos humanos curiosos.

Mas o que sobreleva nesta obra primorosa de Augusto Tavares é aquilo que o prefaciador Francisco Alves de Andrade inteligentemente ressaltou em prosa e verso.

A região mombacense é descrita em **Mombaça — biografia de um sertão** de forma magistral, de que é magnífico exemplo o capítulo intitulado **Aspectos da Terra**. Seu autor, prosador seguro e honesto, fez por esse processo o mesmo que Francisco Alves de Andrade traçara em versos na **Saga dos Sertões de Mombaça**:

Serranias do Sudoeste
caminhando para Nordeste,
braços perdidos da Ibiapaba,
do Luna ao Calogi,
Serra de Santa Rita,

Chapadas do Quixelô,
Tabuleiros do Quixeramobim
e dos Inhamuns,
bordos dos seios encurvados
das entranhas férteis da terra nua,
beijada pelos vales úmidos
dos sertões da Mombaça!
Seus primeiros povoadores
Vinham chegando
e iam ocupando...
Mediam a terra
com a pata de seus cavalos,
abriam caminhos
com os rastros de seus armentos.
O áspero Capitão João de Barros Braga,
a legendária Maria Pereira da Silva
e o português Serafim Dias...
Vinham chegando
e tomando conta de tudo.
Padre Sarmento Benevides,
nomeado Vigário da Freguesia
de Nossa Senhora da Glória,
trazendo família letrada
e política da Paraíba,
recomendou a enxertia
do seu Clã no outro Clã...
Terra de todos nós
e do Coronel José Aderaldo de Aquino,
tratando rudeza com elegância,
chefiando cordialmente a política
e metido em seu croisé,
marcando quadrilhas em francês.

De fato, o fértil território regional, escondido primeiramente pela orla marítima, que impressionava negativamente ante a aparente aridez que emprestava à terra toda, e depois resguardado pelo colar de serras circundantes, ainda surpreende por sua abundância. "A despeito da devastação feita não somente na serra das Guaribas, como também em outros pontos do município, devastação ocasionada pelo plantio sempre crescente de algodão e cereais, nos dias atuais — assim depõe Augusto Tavares — ainda existem muitas matas, com madeira de lei, inclusive cedro"...

Obra de gigantes, a colonização do Nordeste semi-árido! Bons, burros e bravos — assim os classificou João Brígido. Bons e generosos, a ponto de se privarem do essencial para que confirmada ficasse a indesmentida hospitalidade cearense. Burros, não no sentido de privação de inteligência, pois eram realmente agudos e perspicazes, sem o que teriam sucumbido, mas teimosos como muares. Exemplos há, e muitos, da inocente teimosia de nossos matutos, só porque, partindo de uma subjetiva verdade interior, jamais confessavam o engano, por considerarem isso impróprio de um verdadeiro homem. E bravos, pois não vejo coragem maior do que a de varar os ínvios sertões, não hoje, mas naqueles bravios tempos, com inimigos de vária ordem — os índios, as feras, as pestes, as secas, sem que dispusessem de estradas, de correio, de assistência médica, de segurança enfim. Bravura que raia à loucura, essa bendita loucura que nos dilatou a fé e o império, garantindo a unidade nacional.

É tudo isto, e mais ainda, a grande obra de Augusto Tavares de Sá e Benevides, meu vero amigo e amigo saudoso de meu avô Ernesto, com quem aprendeu a ajudar missa celebrada em latim. Lê-la é acompanhar a caminhada daquela rude gente, é emocionar-se com o conhecimento de fatos realmente ocorridos, nos quais, além da nunca ausente bravura, predominavam a gentileza e a generosidade. Meu avô Ernesto e seu irmão José, chefes do partido político que apoiava o Coronel Franco Rabelo, viram-se na contingência de deixar a cidade, por medida de segurança pessoal e da família, quando os jagunços da Sedição de Juazeiro invadiram Mombaça. Poupavam os fanáticos, apenas, as casas que ostentavam a bandeira vermelha dos marretas. As de meu avô e seu irmão, então desertas, intactas ficaram porque seus adversários locais — os Benevides precisamente — mandaram colocar em suas testadas o sinal garantidor de sua incolumidade. Doutra feita, na seca de 1915, o pai de meu saudoso primo Plácido, carecendo de alimento para o gado e sabedor de que um de seus adversários políticos — outro Benevides, por sinal — dispunha de razoável estoque de tortas, pediu preço pela aquisição de certa quantidade do produto, através daquele que viria a ser Governador do Estado e que, então, não tinha mais do que nove anos. A resposta ao menino saiu forte e imediata: — "A seu pai não cedo nada, nem mesmo a peso de ouro, mas você leve a quantidade de que necessitar"...

Ainda hoje é assim. Não vou a Mombaça que não atravesse a praça da matriz, partindo de casa que me hospeda tão gentilmente e cujos moradores são adversários de Chico Martins, chefe municipal do antigo P.S.D. e hoje do P.M.D.B., para visitar meu velho amigo e colega (fomos Prefeitos contemporaneamente, ele de Mombaça e eu de Senador Pompeu) e sua boníssima esposa Custódia. Recebido principescamente, ali saboreio o mais delicioso doce de leite de que se tem notícia.

Que eu seja perdoado pela longa exposição. Mas, quando um mombacense fala de sua terra perde a noção do tempo e fica, como eu, a falar do que lhe vem à mente. Faz como Augusto Tavares de Sá Benevides, que dedicou grande parte de sua senectude à elaboração desse seu precioso livro sobre a terra do berço. E faz como fiz, digressionando sobre tudo o que essa obra, que será clássica para os filhos daquela região, inspira e sugere.

Não só a região de Mombaça, mas o Ceará inteiro proclama, mui adequadamente, nesta Augusta Casa que é porta-voz das aspirações de nosso povo, o valor dessa obra de Augusto Tavares, resultado de exaustiva pesquisa sobre as origens da gente e da terra mombacense.

Homem bom e probo como ele o é, só poderia produzir obra excelente e veraz. De terra generosa e fértil é natural que partam gestos de amor e generosidade. Por isso, ouso agora contestar, pelos ímpetos do coração que a isso me levam, as variegadas e eruditas interpretações do topônimo Ceará. O nome de nossa terra significa mesmo "'canto da jandaia", pois só assim se entende o encanto de seus filhos pela região sofrida, semi-árida como dizem que é, mas sempre exuberante e feliz na voz comovida de seus poetas e prosadores.

Honra a ela. Honra também a eles.

2 — ATUALIDADE DE POMPEU SOBRINHO E GUIMARÃES DUQUE

A seca nordestina, em suas causas cósmicas, é insolúvel até o atual estágio da ciência, pois a tecnologia mais requintada ainda não conseguiu removê-las. Sejam elas as manchas mínimas solares, a circulação das frentes de ar, a ausência de grandes reservas de água, a inexistência de florestas, o homem ainda não dispõe de meios aptos para modi-

ficar essa situação. De tempos em tempos (geralmente de decênio em decênio) a seca ocorre, surpreendendo apenas os despreocupados.

A seca nordestina é, essencialmente, uma má distribuição de chuvas no por nós chamado "período invernoso", que corresponde ao primeiro semestre do ano civil, e nunca uma escassez total. Há lugares no mundo onde ocorrem menos chuvas do que no Nordeste brasileiro e que, nem por isso, sofrem o fenômeno seca.

Assim, a verdadeira solução do problema se concentra no ataque às suas **conseqüências** sócio-econômicas, aproveitando-se ao máximo as atuais condições climáticas do Nordeste brasileiro. Em outras palavras: a melhor maneira de contornar as conseqüências da seca é adaptar a comunidade nordestina às condições irremovíveis do fenômeno. Nisto consiste a **solução compósita** ou **ecológica** do sábio Pompeu Sobrinho. Compósita porque utiliza todos os processos que possam aliviar os efeitos do fenômeno (açudagem, irrigação, lavoura xerófila, reflorestamento, industrialização, mineração, etc.) e ecológica porque, ao mesmo tempo, ajusta o homem nordestino ao seu meio-ambiente.

No processo adaptativo, o homem do Nordeste brasileiro há-de se habituar a conviver com a seca, tirando o melhor partido da situação. De que modo? Desenvolvendo aquelas atividades total ou relativamente imunes à seca, tais como a mineração, a pesca, a lavoura xerófila e, até certo ponto, a pecuária, bem como as indústrias que possamos instalar por sua viabilidade.

O raciocínio é imposto por nossa realidade regional. Por que as populações migram nas secas? Porque a imensa maioria dos rurícolas depende de **pequenas culturas de subsistência**, exatamente o tipo de atividade econômica que é quase totalmente destruído pela seca, pois é atingido em 90% pelo menos. A outra principal atividade econômica do Nordeste semi-árido, que é a pecuária, resiste melhor, não se prejudicando em mais de 30%, percentual esse que tende a baixar com a contínua construção de açudes que reservarão maior quantidade de água. O corrente ano de 1980 é um exemplo disto, pois a agricultura se acha grandemente prejudicada, enquanto as chuvas caídas no início do ano (em fevereiro, principalmente) encheram os açudes e garantiram os rebanhos.

Acresce que, em regra, a agricultura de subsistência (alimentos em geral, como feijão, arroz, milho, etc.), no Nordeste semi-árido, só se torna viável nos anos de bons invernos (incertos, como se sabe), e assim mesmo apenas em determinados trechos de nossa área geográfica, especialmente nas serras frescas, vales úmidos e setores mais molhados da região. Para que ilusões não tenhamos a respeito de nossas possibilidades quanto à agricultura de subsistência, não passa de 1% (um por cento, sim senhor) o território do Nordeste semi-árido susceptível de ser melhorado pela irrigação, conforme cálculos do citado especialista Pompeu Sobrinho, secundado por outro especialista, o agrônomo Guimarães Duque. A solução para o primeiro desses especialistas seria aquela **compósita**, antes referida. E, para o segundo, a intensificação da lavoura xerófila, que não prescinde de água (como erroneamente poderia ser entendido) mas sabe buscá-la onde se acha, ou consegue armazená-la, ou ainda descobre meios de não perder a de que já dispõe. Essa lavoura xerófila não diminui sensivelmente a sua produção caso ocorra uma seca e, assim, a economia regional não se desorganizaria.

Alguém poderia objetar que os dados de Pompeu Sobrinho e Guimarães Duque precisam ser atualizados, e então a conclusão a chegar seria outra. Mas, mesmo que venham a ser construídas todas as barragens que os nossos boqueirões possibilitem, bem como realizadas todas as obras de irrigação decorrentes dos açudes existentes no Nordeste, ainda assim aquele baixíssimo percentual de 1% (um por cento) a que se referiram Pompeu Sobrinho e Guimarães Duque não subiria a mais de 10% (dez por cento). E que representam 10% de terras para agricultura de subsistência? Que fazer dos 90% restantes? Somente com a lavoura xerófila e com a pecuária, a industrialização, a mineração e atividades outras imunes à seca o Nordeste brasileiro tornar-se-á viável. E esses tipos de atividades exigem campos mais largos e maiores. Daí o erro, incorrido por economistas que copiam fórmulas alienígenas, por esquerdistas para quem quanto pior melhor, e por bispos que nada entendem de economia e sociologia (matérias que se acham fora de seu campo de estudo), de se falar em reforma agrária expropriativa no Nordeste brasileiro.

Destarte, não há como concluir diferentemente de Pompeu Sobrinho e Guimarães Duque. Se não enfrentarmos com realismo sócio-econômico o problema no seu todo, se não tivermos a coragem de enveredar pela lavoura xerófila, a

própria industrialização a cargo da SUDENE pouco poderá fazer. De fato, enquanto a SUDENE gerou 100.000 (cem mil) empregos nos 10 (dez) primeiros anos de sua existência, a região nordestina apresentou, com seu explosivo índice de crescimento populacional, uma força de trabalho correspondente a 5.000.000 (cinco milhões) de pessoas, em igual período. Proporcionalmente falando, a SUDENE (e ruim com ela, pior sem ela) gerou trabalho para 10.000 (dez mil) em 500.000 (quinhentas mil) pessoas em cada um desses dez primeiros anos de suas atividades. Ou sejam: apenas 2% (dois por cento) de suas reais necessidades, para não piorar.

Pompeu Sobrinho Guimarães Duque precisam ser relidos e suas teorias, que os fatos comprovam, necessitam de ser postas em prática. São atuais.

3 — O BOTICÁRIO FERREIRA

Em 1834 chega a Fortaleza um cidadão que passaria a ter grande importância no desenvolvimento ordenado da cidade. Refiro-me ao boticário Antônio Ferreira, não aqui nascido mas que para o Ceará veio, se entrosou sem dificuldade em um dos dois partidos políticos então existentes e instalou sua botica na face oeste da "Feira Nova", após transformada na praça que tomaria seu nome, em casa onde depois funcionaria a Farmácia Galeno, prédio atualmente ocupado por uma das Lojas Brasileiras, a mais modesta das duas hoje existentes naquele logradouro (n.º 566 da rua Major Facundo, entre os números 560, local da atual loja de calçados "A Outra Esquisita" e da antiga "Casa Almeida", e 576, onde está há muitos anos a "Farmácia e Drogaria Osvaldo Cruz").

O boticário Ferreira foi Vereador, vice-presidente e, finalmente, presidente da Câmara Municipal, acumulando este último cargo com as funções de Executivo, como determinava a lei da época, o que ensejou que, por muitos anos, pudesse administrar superiormente a cidade e aplicar com inflexibilidade o Plano Diretor de nossa capital elaborado pelo engenheiro Silva Paulet, não permitindo que interesses particulares o deformassem.

A "Feira Nova" tomaria com Ferreira um acelerado desenvolvimento, o que determinou fosse o centro da cidade deslocado da Praça da Sé e da Praça da Carolina (hoje praticamente desaparecida com a construção dos edifícios dos Correios e Telégrafos, do Banco do Brasil e do Palácio do Co-

mércio), para a futura Praça do Ferreira, nome que muito justamente tomou depois de ter sido Largo das Trincheiras e Praça Pedro II. Ali promovia ele o "entrudo", o carnaval daqueles recuados anos, e imaginava mil e um pretextos a fim de chamar a atenção de todos para o seu logradouro, porque mister se faz lembrar que a "Feira Nova" se localizava, naquele tempo, em mero arrabalde da capital cearense. Para que tenhamos hoje idéia da "distância" entre a futura Praça do Ferreira e o então vigorante centro da acanhada capital cearense do meado do Século XIX lembremos que, no local onde se instala a Caixa Econômica Federal (esquina sudeste das ruas Floriano Peixoto e Guilherme Rocha), fez-se funcionar em modesto prédio naquele tempo ali existente uma sala de aula, mas os habitantes da cidade protestaram junto às autoridades pela escolha de lugar tão ermo para o ensino das crianças...

Pelo esforço despendido em favor da urbanização de Fortaleza, e não só da praça que tomou o seu nome, o boticário Ferreira merece a homenagem que lhe prestaram e prestam coevos e pósteros, vinculando o seu nome àquele logradouro. A ele devemos o grande serviço de não permitir, naquela época, que no perímetro central da cidade, que era o existente então, se abrissem becos estreitos e ruas tortuosas, no que não foi seguido, infelizmente, por muitos dos seus sucessores com relação aos bairros novos, de que é exemplo a Aldeota, desprovida das avenidas e praças que o urbanismo já estava a exigir, por via da ganância dos proprietários de terrenos e da irresponsabilidade da Prefeitura.

4 — VARIAÇÕES EM TORNO DA CATEDRAL

Que ninguém estranhe a incursão do cronista, que se comprometeu a falar primordialmente de livros, pelo mundo quase puro das idéias. O próprio título fixo da coluna explica a crônica de hoje: — livros, sim; mas idéias também. Ou melhor: — em tudo idéias, ordinariamente as expostas nos livros, porém idéias sempre, onde quer que estejam.

Ocorreu-nos iniciar com esta explicação os comentários que pretendemos desenvolver a propósito da inauguração da Catedral de Fortaleza, a 22 de dezembro do ano de 1978, para que não fôssemos incompreendidos.

Lembremos, preliminarmente, que o templo recém-inaugurado é o quarto construído no mesmo local. Assim o com-

prova rudimentar planta da primitiva Fortaleza, constante de um dos volumes da preciosa obra do Pe. Serafim Leite sobre os jesuítas no Brasil (**História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo III, Edição do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1943), incluída entre as págs. 84 e 85 da publicação. Ali se vê não só a capela levantada no local, com frente para o norte (as três igrejas que se lhe seguiram tiveram seu frontispício voltado para oeste), assim como a "Casa dos Padres da Companhia", junto ao regato Pajeú, mais ou menos onde se levantaria, posteriormente, o palacete do Comendador Joaquim Mendes da Cruz Guimarães e sua mulher Joaquina Mendes Ribeiro, adquirido pela Coroa em 1860 com a finalidade de nele residirem os antístites do Ceará e lá se instalando o notável Dom Luís Antônio dos Santos, 1.º Bispo do Ceará e depois Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. Proclamada a República, que nos trouxe como conseqüência a separação da Igreja e do Estado, o intrépido e prudente Dom Joaquim José Vieira, 2.º Bispo do Ceará, conseguiu arrematá-lo, em hasta pública, para não ser desalojado do imóvel. Ali residiriam, ainda, o grande antístite que foi Dom Manuel da Silva Gomes, 3.º Bispo do Ceará e 1.º Arcebispo de Fortaleza; o santo e sábio Dom Antônio de Almeida Lustosa; e Dom José de Medeiros Delgado, que o passou à Prefeitura de Fortaleza, por desapropriação amigável, depois de haver cogitado de sua venda a uma empresa comercial. Graças a Deus que o imóvel manteve sua dignidade, transformando-se em Paço Municipal.

Quanto aos templos que se seguiram à primitiva capela aqui já referida, convém lembrar que em 1708, vindo de outros locais para junto à Fortaleza a sede da vila do Ceará, trataram os moradores do modesto aglomerado humano de levantar uma matriz. Para isso o Senado da Câmara mandou "que se **puxasse** pelas promessas que nesse sentido haviam eles feito a fim de dar-se começo à obra" (Descrição da Cidade de Fortaleza, Antônio Bezerra de Menezes, **in Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, 1895, 3.º e 4.º trimestres, pág. 212). Recorde-se, também, que a freguesia do Ceará, antes da fixação da vila junto à Fortaleza, já existia, criada que fora no ano de 1700 (Idem, pág. 220). Porém naquele ano de 1708 nada se fez quanto à construção da matriz. Um incremento a essa idéia somente foi dado a partir de 1723, quando Antônio Rodrigues doou terras a São José. A Câmara dirigiu-se, então, ao Rei, pedindo auxílio, e este, em 1746, ordenou o início da

construção da capela-mor do templo, o que de fato veio a ocorrer. Essa capela-mor era de taipa (enxameio de barro em arcabouço de madeira) e nela passou a realizar-se o culto.

Construída com material tão perecível, não custaria, pois, a se achar prestes a ruir, sendo mister levantar outra construção, para o que o Conselho Ultramarino, em 1721, atendendo a ponderações da Câmara de Fortaleza, autorizou a aplicação, nessa obra, da quantia de quatrocentos mil réis, por conta dos dízimos da Capitania do Ceará. Desde 1746 que a matriz vinha funcionando nessa edificação, melhorada no biênio 1751/1752.

Registra a tradição que, nesse ínterim, um preto africano liderou os esforços pelo levantamento da igrejinha de N. S. do Rosário, no mesmo lugar em que se acha a atual do mesmo nome. Era, como as demais do tempo, uma construção de taipa, e ainda coberta de palha. Ameaçada de ruir, diligenciou-se em 1753 no sentido de sua reparação e, já no ano seguinte, conseguiu-se a licença para sua reconstrução com pedra e cal, terminando-se a capela-mor em 1755 e, paulatinamente, o seu restante. De sorte que em 1821, havendo se arruinado a matriz levantada entre 1746 e 1752, depois de duas restaurações (1790/1794 e 1814/1820), foi necessário construir uma nova, passando a freguesia a funcionar na igrejinha do Rosário (1821 a 1854).

Tratou-se, então, de levantar outro templo (o terceiro da série de quatro) no lugar da novel Catedral. Os trabalhos caminharam lentamente, sofrendo interrupções várias, inclusive em 1845 por força da grande seca desse ano. Mas em 1846 chegou à capital cearense Frei Serafim de Catânia, que missionou os nossos sertões tão sofridos e, antes de deixar o Ceará, legou-nos um monumento que lembrasse aquelas suas pregações. À custa de esmolas erigiu majestoso cruzeiro, em frente à matriz, o qual ali se conservou até mesmo depois que essa foi demolida para a construção da nova Catedral. Demolido também, sem nenhuma razão que convença, privou-se a cidade de um monumento ao mesmo tempo histórico e artístico de rara beleza e grande significado religioso. Com a inauguração do cruzeiro renasceram nos fortalezenses as esperanças quanto à conclusão de sua matriz, que afinal foi reinaugurada no Domingo da Ressurreição de 1854, dia 2 de abril, procedendo-se a sua bênção.

Transformada em Sé Catedral (sede da cadeira do bispo) em decorrência da criação do bispado do Ceará, essa igreja, que o povo chamava simplesmente de Sé, manteve-se de pé até 1938, quando foi decidida a sua demolição, a conselho dos engenheiros da época, para no local erigir-se a futura Catedral. Nesse sentido trabalhamos muito, como Presidente que éramos da Juventude Masculina de Ação Católica, no tempo de Dom Antônio Lustosa, concorrendo, inclusive, para a aceitação da obra através de muitas reportagens publicadas no diário **O Estado**, de que éramos redator.

Dispomos, agora, de nova Sé Catedral, que o povo se acostumou a chamar apenas de Catedral. Temo-la depois de 39 anos de esforços e trabalhos sempre renovados, seguindo-se, com algumas alterações, o projeto do arquiteto francês Monier, então em Recife, foragido dos horrores da II Grande Guerra. Alterações essas que nem sempre foram para melhor. Não nos referimos à Cripta, idéia de Dom Antônio, nem às salas destinadas à Cúria, iniciativa de Dom Aloísio, que não quebraram as linhas gerais do projeto. Nem mesmo às escadas laterais, que não sabemos se conformes com as linhas de uma construção neogótica. Queremos falar da insignificância material dos dois altares laterais, o do Santíssimo Sacramento, à esquerda dos assistentes, e o de N. S. das Dores, à sua direita. Dir-se-ia que se procurou, dentro de uma para nós forçada interpretação do Concílio Vaticano II, não desagradar as seitas iconoclastas, com sacrifício, embora, do ponto de vista de fiéis católicos, muitos dos quais, imprecisamente talvez, sentem falta de algo no belíssimo templo recém-inaugurado. Esse algo, pensamos nós, se relaciona com a falta de majestade das duas capelas laterais e de seus dois altares, de proporções mesquinhas, assentados sobre o rés do chão, sem um só degrau que os saliente, postos o sacrário e a imagem de Nossa Senhora sobre supedâneos insignificantes. Acrescente-se que o sacrário não dispõe de um só véu que o vele para maior reverência dos fiéis, como ocorria até bem pouco tempo.

Falamos assim como simples católicos, sem outra intenção que a de revelar, para reflexão e deliberação dos que têm sobre os ombros o pesado encargo das coisas de Deus na terra, o ponto de vista dos leigos, pelo menos de alguns leigos. Basta-nos isto para que caracterizada fique a manifestação honesta e autêntica de nosso ponto de vista, que ao menos por isso (parece-nos) deva ser respeitada.

Malgrado isto, demos graças a Deus pela conclusão de nossa Catedral, monumento que bem atesta o poder da soma de pequeninos esforços.

5 — MUITO BEM!

Deixo hoje, novamente, o setor específico dos livros para ater-me ao terreno das idéias. E, sem qualquer pretensão de aparentar importância que não tenho, creio me ser possível dizer que todo o Ceará sabe de minha posição franca, embora respeitosa, contra essa onda de populismo e até de esquerdismo que enodoou alguns setores do laicato e do próprio clero católico, principalmente no chamado Terceiro Mundo.

Sou contra porque aprendi, desde criança, com muitos desses que hoje se dizem "progressistas", que a tradição constitui fator importante no contexto da Fé. E de logo esclareço que, se alguém mudou, foram eles e não eu, que me tenho mantido sempre na mesma posição de fidelidade a teses que foram e creio sempre serão o maior patrimônio da doutrina católica.

Por via de uma distorção que considero demoníaca, aqueles que assim moldaram os leigos católicos nos apontam hoje como retrógrados, reacionários, defensores de estruturas sócio-políticas injustas, indiferentes ao sofrimento dos pobres, descaridosos, desumanos. Na realidade, não foram esses "apóstolos de uma nova cristandade", aparecidos apenas no vigésimo século do Cristianismo, os autores da doutrina que manda amar a Deus na pessoa dos pobres, nem tampouco os que a praticam em grau heróico. Não é raro que suas atitudes sejam até francamente descaridosas, pois não demonstra amor a Deus quem, a pretexto de defender os humildes, ataca indiscriminadamente inocentes e culpados e se coloca invariavelmente ao lado de antigos e tradicionais adversários da Igreja com a alegativa de que se faz mister derruir a estrutura social vigente, injusta sob alguns aspectos, embora não "intrinsecamente má", como Pio XI classificou aquela outra a favor da qual trabalham eles ao lado de comunistas, inconseqüentemente, ou, só Deus o sabe, por vezes de modo doloso.

Não será necessário aderir ao populismo e ao esquerdismo para que demonstrado seja ao mundo burguês que o cristão não pode conquistar o galardão que Cristo nos prepara senão através da caridade. Pelo contrário: nada mais desca-

ridoso do que o comunismo. A doutrina cristã sobre a caridade, embora atualíssima, é muito antiga, exposta que está no Evangelho quando Cristo determina que, antes de fazermos qualquer oferta a Deus, nos reconciliemos com aqueles a quem, por alguma forma ou modo, prejudicamos ou ofendemos.

Esse dever de caridade é tão fundamental na doutrina cristã que o mesmo Cristo, descrevendo o Juízo Final, disse que separará os bons à sua direita, identificando-os assim: vestistes-me quando eu estava nu, alimentastes-me quando eu tinha fome, dessedentastes-me quando eu tinha sede. E assim procedestes naquelas ocasiões em que vos penalizastes dos pobres, que são a minha imagem viva no mundo.

Aquela suspeita comiseração dos "progressistas", que alia o apóstolo ao apóstata, certamente não é a que somos vocacionados pela marca batismal. Mesmo porque o amor aos pobres não pode implicar, para o cristão, no ódio aos ricos, aos quais Cristo também veio salvar. Um deles, até, mereceu largo elogio de Jesus e foi outro endinheirado quem piedosamente o sepultou.

Não é, destarte, linguagem cristã a daqueles — padres, bispos e até cardeais — que, a pretexto de defenderem os pobres, expõem os ricos à execração das massas, sempre injustas, como a História tem registrado.

Tudo isso me parece cristalino e indiscutível. Mas — **modus in rebus** — se há distorções doutrinárias por parte dos novidadeiros católicos, há também desvios por parte daqueles que não vivem a Fé na pessoa do pobre, daqueles que esbanjam quantias fabulosas numa vida dissipadora e não raro pecaminosa, indiferentes à sorte dos necessitados.

Famílias há que, ao realizarem os casamentos de seus jovens componentes — e sob esse aspecto ajem corretamente, numa sociedade cada vez mais indiferente à sacralização do matrimônio — fazem decorar as igrejas de modo acintoso, para não dizer pouco inteligente, pois estúpido é quem aplica 30, 50, 100 e até 200 mil cruzeiros em flores que fenecerão em breve espaço de tempo e serão lançadas, inexoravelmente, no lixo.

Sobre ser incompreensível essa postura entre cristãos, é ela ainda um desvirtuamento da cerimônia religiosa, que se torna praticamente mundana, pagã, esvaziada de seu con-

teúdo espiritual. Decorador já houve, segundo fui informado, que propôs, numa atitude indiscutivelmente sacrílega, a remoção do Sacrário, para que, no lugar vazio, se pudesse colocar um vaso de flores! A Eucaristia — **Misterium Fidei** — posta à margem como coisa inconveniente e substituída por um punhado de flores perecíveis.

Nossos aplausos, pois, aos sacerdotes cearenses que, fartos de semelhantes disparates, resolveram agora abolir, quanto possível, uma ostentação imbecil e pagã, uma praxe anticristã porque verdadeiramente descaridosa, em que altas quantias em dinheiro eram gastas indiferentemente à indigência dos pobres e necessitados.

Não sou daqueles que pensam ser possível uma igualdade de dons e de bens, como sonha insanamente o socialismo. Mas não vejo como possa alguém aquietar a consciência com enormes gastos supérfluos à vista da carência das multidões.

Muito bem, senhores sacerdotes!

6 — NÁUTICO ATLÉTICO CEARENSE — MEIO SÉCULO

Amo, realmente, esta outrora pacífica cidade de Fortaleza. Conheci-a com cerca de cem mil habitantes, apenas. Desfrutei-a quando os seus limites mal ultrapassavam as avenidas Dom Manuel, Duque de Caxias e Imperador, que formam hoje o seu primeiro anel viário, e as ruas João Moreira e Rufino de Alencar. O que sobrava desse quadrilátero irregular não passava de incipiente arruamento sem pavimentação, nem mesmo a de pedras toscas que a ironia do povo chamava de "cearalepípedo".

Conheci-a assim, quando ainda eram implantados na avenida Duque de Caxias os primeiros canos de água e esgoto e a água consumida vinha em ancoretas carregadas por jumentos. Quando a iluminação a gás mantinha um estranho contrato com a lua, não funcionando nos plenilúnios, desde os tempos de economia na I Grande Guerra. Quando as casas residenciais, existentes no atual perímetro comercial, não dispunham de recuo nem de espaços laterais, forçando seus moradores a formar rodas nas calçadas, que assim supriam a falta de melhores meios de comunicação. Também tudo era tão pequeno, tão íntimo, que duvido fosse a gente de então menos informada das coisas do que a de hoje, com rádio e televisão.

A mocidade se instruía em poucos colégios, todos aliás bons — o velho Liceu, o Cearense, o Nogueira, para rapazes, e o da Imaculada, o das Dorotéias, a Escola Normal, para moças... Fundara-se, também, a Fenix Caixeiral, com sua conseqüente escola, para defesa dos interesses da classe comerciária e sua instrução técnica, funcionando à noite.

Clubes, somente o Iracema e o dos Diários, de difícil acesso aos estudantes pobres e caixeiros. O esporte apenas se iniciava entre nós, com associações então incipientes, hoje clubes tradicionais de nosso futebol — o Ceará, o Fortaleza...

A praia, sob o aspecto esportivo, ainda não hava sido "descoberta" pela mocidade. Honra lhe seja, coube ao pernambucano José Porto, que até então morava em confortável casa da esquina sudoeste das ruas Senador Pompeu e São Paulo, construir a primeira residência suntuosa na Praia do Peixe, depois crismada de Praia de Iracema. É o prédio em que funciona o Restaurante Estoril.

A vida do povo, resumindo, limitava-se à tríade — residência, colégio ou estabelecimento comercial e Praça do Ferreira, o palpitante coração da cidade.

Foi quando alguns jovens, caixeiros e estudantes quase todos, senão todos, desejosos de afirmação numa sociedade fechada e rotineira, resolveram criar, nos idos de 1929, um clube esportivo amadorístico, com perspectivas principalmente para o mar. E escolheram a Praia Formosa, no início da rua que tivera esse nome, ou Praia do Gasômetro, para a instalação de sua sede náutica.

O nome não poderia ser outro — Náutico Atlético Cearense, porque era clube de rapazes cearenses que se compraziam em praticar esportes, principalmente a natação. Ali esteve o clube até meados da década de 40, quando o mar avançou, em direção à cidade, cerca de quinhentos metros, engolindo a Praia Formosa e a Praia de Iracema, dizem que por via das correntes marítimas, desviadas com a construção do porto do Mucuripe.

Seus primeiros dirigentes foram Pedro Coelho de Araújo (1929 a 1937), Pedro Ivo Galvão (1937 e 1938), Alberto Rodrigues Pinto Leite (1.º semestre de 1939), Carlos Brito (2.º

semestre de 1939), Cecílio Arcoverde (1939 e 1940), Secundiano Ferreira Guimarães (1941 a 1945) e Pio Rodrigues (1946 e 1947). Eis que o belo sonho, já confortadora realidade na Praia Formosa, ameaçou desfazer-se com a ação do mar destruidor. Sua instalação na Praia do Meireles, então praticamente deserta, coube a Moreira de Sousa (1948 e 1949), que empregou o grande prestígio de conceituado clínico na restauração do sonho de 1929, com a construção de sua suntuosa sede atual. Seguiram-se-lhes outros idealistas, como Romeu Aldigueri (1050 a 1953), Antônio Gomes Guimarães (1954 a 1963), Ari Gadelha de Alencar Araripe (1964 a 1976), Meton César de Vasconcelos (1976 e 1977) e novamente Ari Gadelha de Alencar Araripe, atual presidente.

Penso que somente a minha pouca idade (doze anos, apenas), me impediu de ser um dos fundadores do Náutico. Todas as outras condições creio que eram por mim preenchidas: — freqüentava eu a Praia Formosa, era estudante pobre, conhecia alguns dos que se tornaram fundadores do clube, meus contemporâneos do Liceu, entre os quais Waldir Liebmann, filho de uma prima de Gustavo Barroso e que morava em frente ao Passeio Público, quarteirão entre as ruas Floriano Peixoto e Major Facundo, e Pedro Ivo Galvão, que freqüentava minha casa como colega de classe de meu irmão Tarciso.

Se fundador não pude ser do Náutico, fui seu frequentador assíduo, desde os primeiros tempos. E, anos depois, logo aquiesci em ser admitido como sócio proprietário do clube, a convite de Moreira de Sousa, quando apenas se esboçava o projeto de sua nova sede social.

O serviço que esse clube sócio-esportivo, de iniciativa privada, vem prestando ao Ceará, à sociedade em geral e aos jovens de modo particular, é dessas coisas que não se medem. Hoje, quando a modesta capital provinciana de cinqüenta anos atrás se transformou em uma quase megalópole, com seus indiscutíveis progressos mas com suas incontáveis desvantagens, os dirigentes do Náutico continuam a abraçar a mesma filosofia dos fundadores do clube, que se resume na frase de inspiração helênica: — **Mens sana in corpore sano.** Tal como sempre procedeu meu saudoso amigo Júlio Coelho de Araújo, de quem eu me declarava eleitor incondicional nas tranqüilas eleições dos dirigentes do clube...

O Náutico merece, destarte, os maiores elogios, inclusive o deste despretensioso colunista, que, modestamente embora, o homenageia no ano em que o clube comemora meio século de profícuas atividades.